



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA DE SANTO AMARO

Comissão Permanente de Licitação

Praça Floriano Peixoto, 54, - Bairro Santo Amaro - São Paulo/SP - CEP 04751-03

Telefone:

SUBPREFEITURA DE SANTO AMARO

Comissão Permanente de Licitação

Praça Floriano Peixoto, 54, - Bairro Santo Amaro - São Paulo/SP - CEP 04751-03 Telefone: 11-3396-6100

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/SUB-SA/2025

PROCESSO SEI: Nº 6053.2023/0007581-7

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

O preço global compreende o valor mensal de 1 (um) veículo multiplicado por 6 (seis) veículos multiplicado por 12 (doze) meses.

OBJETO: Prestação de Serviço de Transporte com locação de 06 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO "C" do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/02/2025 – 08h00min (horário de Brasília)

FASE DE HABILITAÇÃO: Após as fases da apresentação das propostas, lances e julgamento.

ÍNDICE

I – EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade e sistema eletrônico

1. Embasamento Legal;
2. Objeto;
3. Condições de participação;
4. Acesso às informações;
5. Impugnação ao Edital;
6. Apresentação da Proposta de Preços;
7. Abertura da Sessão e classificação inicial das propostas de preços;
8. Etapa de Lances;
9. Modo de disputa aberto;
10. Julgamento;
11. Habilitação;
12. Fase Recursal;
13. Adjudicação e Homologação;
14. Preço, Reajuste e Dotação

15. Condições do ajuste e garantia para contratar;

16. Prazo para início da prestação de serviços e condições;

17. Condições de recebimento e pagamento;

18. Das Penalidades;

19. Disposições Finais.

II. - ANEXOS

ANEXO I: Termo de Referência – Especificações, Quantitativos e Condições de Fornecimento

ANEXO II: Modelo de Proposta de Preços.

ANEXO III: Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo.

ANEXO IV: Modelo de Declarações

ANEXO V: Declaração formal de disponibilidade de Equipamentos

ANEXO VI: Critérios para Análise Econômico-Financeira

ANEXO VII: Modelo da Minuta do Termo de Contrato

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO** pela **SUBPREFEITURA SANTO AMARO** situada na Praça Floriano Peixoto, 54 Santo Amaro, São Paulo, Capital, CEP 04751-030, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/SUB-SA/2025 – PROCESSO SE 6053.2023/0007581-7**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a prestação dos serviços descritos na cláusula “2. OBJETO” deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras> - UASG nº 927353 - PMSP - SUBPREFEITURA SANTO AMARO), nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às **08h00min (horário de Brasília) do dia 10/02/2025**.

[Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site http://e-negociosidadesp.prefeitura.sp.gov.br – Subprefeitura Santo Amaro.](http://e-negociosidadesp.prefeitura.sp.gov.br)

1. - EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2. - OBJETO

2.1. Prestação de serviços de transporte com locação de 06 (seis) veículos de representação, GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, com condutor e combustível, em caráter não eventual, com quilometragem livre, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

2.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do **Termo de Referência – Anexo I**, parte integrante deste edital.

3. - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:

a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.**

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) não estejam sob processo de falência;

c.1 É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

d) não estejam constituídas em forma de consórcio;

e) não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

f) não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

g) não se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

g1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

g2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

g3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista. **g4)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

g.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

g5) Não poderão participar da licitação OSCIPs atuando nessa condição;

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.2.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.2 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano- calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.3 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.4 Deverão ser apresentados os documentos referentes ao IPVA e Seguro Obrigatório do Veículo com prazo de validade em vigor e em conformidade com a legislação vigente.

3.5 O veículo deverá estar devidamente segurado, com cobertura compreensiva, com valores mínimos de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) e Acidentes Pessoais e Passageiros (APP) compreendendo:

a) Valor para danos materiais e danos corporais.

b) Valor para morte e invalidez permanente.

c) Previsão de remoção por guincho

3.6 A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. - ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativas a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico subsacplcompras@smsub.prefeitura.sp.gov.br

4.2. Os esclarecimentos e as informações serão prestados pelo Pregoeiro, no prazo de até **03 (três) dias úteis**, contados da data de recebimento do pedido, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos seus anexos.

4.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5. - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, subsacplcompras@smsub.prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

5.1.1 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2 Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

5.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

5.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no Diário Oficial da Cidade (DOC).

5.5 As impugnações bem como as respectivas respostas serão divulgadas pelo pregoeiro no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

6. – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto, com o valor unitário e total das horas e o **VALOR MENSAL e VALOR ANUAL** com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

6.1.1 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.1.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

6.1.3 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

6.1.4 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.1.5 Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão

inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

6.1.7 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

6.1.8 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.

6.1.9 A proposta não deverá ter validade inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7. – ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

7.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

7.3 Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;

7.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8. - ETAPAS DE LANCE

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

8.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

8.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

8.8.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

8.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.9 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado

8.10 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

8.11 Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.

8.12 Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.

8.13 A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

8.14 O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

8.15 Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. - MODO DE DISPUTA ABERTO

9.1 No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

9.1.1 A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.

9.1.2. Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.1.3. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

10. - JULGAMENTO

10.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

10.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

10.3 É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item 11.5.1, em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

10.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

10.5 Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.

10.6 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

10.7 Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo II, com o valor do preço final alcançado, bem como a planilha de composição de custos.

10.8 O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

10.9 Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

10.10 Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

10.11 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

10.12 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11. – HABILITAÇÃO

11.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

11.2 A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.

11.2.1 Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

11.2.2. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

11.2.3 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

11.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

11.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

11.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

1. Habilitação jurídica:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. Regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

c) Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;

d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.

d.1) No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

e) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

f) Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.

g) Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.5.2.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

3. Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

a.1) Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

b.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura", *conforme art. 65, §1º, Lei nº 14.133/2021.*

b.2) Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.2.1) Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

b.2.2) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

b.2.3) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

b.3) A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no ANEXO VI, deverá apresentar patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, discriminado em moeda corrente, *conforme art. 69,*

§, Lei Federal nº 14.133 e §2º, art. 53 do Decreto nº 62.100/2022.

11.5.4 Qualificação Técnica

11.5.4.1. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto deste Termo de Referência;

11.5.4.2. Será admitida também, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

11.5.4.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do empresário licitante;

11.5.4.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

11.5.4.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

11.5.4.6. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei Federal nº 14.133/2021 e outros regramentos sobre o tema;

5. Outros Documentos:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

11.5.6. As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO IV do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.5.7. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.5.7.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.5.7.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.5.7.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

11.5.8 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.5.8.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

11.5.9 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

11.5.10 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

11.5.11 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

11.5.12 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

11.5.13 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx;

d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php? p=9255;

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico

<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

11.5.14 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.5.15 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.5.15.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.5.15.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

11.5.16 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.5.17 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

11.5.18 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.5.19 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12. - FASE RECURSAL

12.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

12.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13. - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

- PREÇO, REAJUSTE E DOTAÇÃO

14.1 O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

14.2 Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

14.3 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

14.3.1. Após o interregno de um ano, será contado da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço. E independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade,

14.3.1.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 14.3.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

14.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.3.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.3.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

14.3.8. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

14.3.8.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item 1 desta Portaria, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5%"pro-rata tempore") observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivo ocorreu

14.3.9. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

1 4 . 4 Os recursos necessários para suporte do contrato, onerarão a dotação nº **54.10.15.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0** do orçamento vigente.

15. - CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR

15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo VII deste Edital.

15.2. Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

15.2.1 Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

15.2.2 A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

15.1.3 Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.

15.3 O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 19 deste edital.

15.3.1 O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.3.2 O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

15.3 É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

15.3.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

15.3.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – UASG nº 927353 - PMSP -

SUBPREFEITURA SANTO AMARO

15.3.3 Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

15.4 A Contratada **não poderá** subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;

15.5. Deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.

15.6. Deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.

15.7 Deverá ser prestada garantia para contratar, antes da lavratura do termo contratual, no valor de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato, que será prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, com memorando a ser retirado na unidade contratante para este fim.

15.8 A garantia será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

15.9 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

15.10 O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.

15.11 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, conforme a Lei Federal n.º 14.133/21.

15.12 A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, conforme a Lei Federal n.º 14.133/21.

15.13 A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 16.6.

16. - PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

16.1 A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Minuta de Contrato (Anexo VII) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços/Termo de Aceite.

16.1.1 O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminados no Anexo II deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

16.1.2 O prazo de execução do contrato terá duração de 12 meses, contados da data de início da execução, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei n.º 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na minuta de contrato - Anexo VII deste Edital.

16.3.1 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual.

16.3.2 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

16.3.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

16.3.4 Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.1.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

16.4 A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

16.5 Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

17. - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

17.1 As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo VII deste Edital.

17.2 Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal nº 62.100/22, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

17.3 O processo de pagamento deverá ser efetuado de acordo com as Portarias SF 275/2024 e 10/2021.

18. - PENALIDADES

18.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

18.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa, nos termos do Art. 156, §3 da Lei Federal n.º 14.133/21.

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

18.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

18.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 20.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

18.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa.

18.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

18.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido ao (à) Senhor(a) Subprefeito(a), situada na Praça Floriano Peixoto, 54 – 3º andar, e protocolizado nos dias úteis, das 09:00 às 17:00 horas.

18.6.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

18.6.2 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

18.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de [inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.](#)

18.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

19. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.5 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

19.7 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.8 O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.9 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

19.10 Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

19.11 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.12 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

19.13 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21

19.15 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.16 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.18 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico <http://www.gov.br/compras>, <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br/>, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

19.19 O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.20 O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.gov.br> e <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br>

19.11 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.

19.21 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

SUBPREFEITURA SANTO AMARO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA (Especificações Técnicas)

Termo de Referência

PROCESSO Nº 6053.2023/0007581-7

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Prestação de Serviço de Transporte com locação de 06(seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação), “Grupo C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para atender as demandas operacionais e administrativas, os órgãos da Administração Pública precisam movimentar pessoas e recursos. Agentes são transportados diariamente para o desempenho de atividades que vão desde fiscalizações, operações de urgência e emergência, até traslados para eventos profissionais, reuniões e transporte de materiais, em apoio às diversas atividades desenvolvidas.

2.2. Essa diversidade de atividades implica em uma demanda por veículos de características plurais, tais quais os disponibilizados por meio dos contratos de locação de veículos, frota própria, e, mais recentemente, pelo serviço de transporte agendado por aplicativo.

2.3. A Subprefeitura Santo Amaro dispõe, atualmente, do Contrato nº 004/SUB-SA/CAF/2019, locação de 6 veículos, com motorista e combustível, com cláusula resolutiva, mantido com a empresa, vigente até dia 30.05.2024.

2.4. Não temos frota própria de veículos.

2.5. Em acompanhamento à execução do contrato de locação de veículos, vislumbramos que atualmente a quantidade autorizada pela Secretaria Executiva de Gestão, 6 veículos, que atende de forma regular as unidades. Sabemos da dificuldade em se obter autorização para uma ampliação que atenda de forma satisfatória a todas as unidades, mas há de se considerar um número mínimo, condizente com o orçamento, além do sopesamento de que diariamente temos que remanejar veículos originalmente destinados a determinadas áreas, em razão da prioridade de outro serviço.

2.6. Assim, para que possamos efetuar uma nova contratação a tempo, estaremos posteriormente solicitando a Secretaria Executiva de Gestão, um aumento de frota com as respectivas justificativas.

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO/DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A contratação consiste na prestação de Serviço de Transporte com locação de 6 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação), em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, GPS (com rastreador) e quilometragem livre;

3.1.1. Os serviços deverão ser prestados através de veículos apropriados, com todos os insumos necessários e Mão de Obra especializada **(com dedicação exclusiva)**, conforme condições previstas neste Termo de Referência;

1. O Serviço deverá ser no prazo de até 07 (sete) dias corridos após a emissão da Ordem de Início dos Serviços;

3.1.2. O serviço se destina ao transporte de pessoas e de objetos compatíveis com o porta malas e com o espaço interno de cada veículo;

3.2. O veículo a ser contratado é o descrito como do GRUPO "C", previsto no Artigo 9º do Decreto Municipal nº 29.431/1990, procedência preferencialmente nacional, cor branca, 4 (quatro) portas, 4 (quatro) cilindros, bicombustível, capacidade para 5 (cinco) ou mais pessoas, máximo 3 (três) anos de fabricação, equipado com GPS, rádio AM/FM, Airbags dianteiros para motorista e passageiro, freios ABS, cinto de segurança com regulagem de altura, película de vidro (insulfim) no grau máximo permitido pela legislação de trânsito vigente, motor a partir de

1.000 cilindradas, com motorista, combustível e os seguintes ACESSÓRIOS: ar condicionado, trio elétrico e direção hidráulica;

3.2.1. O equipamento GPS, com rastreador, deverá ser capaz de se comunicar por transmissão de dados em tempo real, com intervalos de no máximo 5 minutos entre os logs;

3.2.2. O módulo GPS deverá ter:

3.2.2.1. Banco de baterias para transmissão de no mínimo 5 mensagens de posicionamento;

3.2.2.2. Cabo de alimentação de energia DC 12V externa;

3.2.2.3. Sensor de movimento;

3.2.2.4. Alerta de início de movimento;

3.2.2.5. Alerta de parada;

3.2.2.6. Alerta de desligamento do rastreador;

3.2.2.7. Alerta de status (a cada 24 horas);

3.2.2.8. Alerta de carga de bateria baixa;

3.2.2.9. Certificação/homologação dos equipamentos de rastreamento como um todo junto à ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações.

3.2.3. O equipamento embarcado, GPS com rastreador, deverá ser capaz de:

3.2.3.1. Alimentar relatório com totalizador de horas, com opção de se converter o documento para PDF;

3.2.3.2. Relatar os quilômetros percorridos pelo veículo com totalizador e gráficos diários, com opção de converter o documento para PDF;

3.2.3.3. Realizar fechamento mensal com totalizador de horas, com quilômetros percorridos em todas as viagens, com opção de converter o documento para PDF.

3.3. Os veículos devem ser substituídos por outros nas mesmas condições quando completarem 120.000 (cento e vinte mil) quilômetros ou 3 (três) anos de fabricação. O que ocorrer primeiro;

3.3.1. A substituição deve se dar no prazo máximo de 03 (três) meses a partir da data em que o automóvel completar a quilometragem ou a idade especificada no item acima, sendo que os novos automóveis devem ser submetidos ao **DTI/SMT** para a elaboração dos correspondentes “Laudos de Conformidade”;

3.4. Deverão ser apresentados os documentos referentes ao IPVA e Seguro Obrigatório do Veículo com prazo de validade em vigor e em conformidade com a legislação vigente;

3.5. Cobertura de Seguro:

3.5.1. O veículo deverá estar devidamente segurado, com cobertura abrangente, com valores mínimos de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V) e Acidentes Pessoais e Passageiros (APP) compreendendo:

3.5.1.1. valor para danos materiais e danos corporais;

3.5.1.2. valor por morte e invalidez permanente;

3.5.1.3. previsão de remoção por guincho.

3.6. O serviço é enquadrado como continuado, consoante Estudo Técnico Preliminar;

3.7. O prazo de vigência da contratação é de **12 meses**, contados a partir da data fixada pela Ordem de Início dos Serviços, e é prorrogável de acordo com o previsto na Lei Federal nº 14.133/2021;

3.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

3.9. O contratado deverá manter sede, filial ou escritório de representação no Município de São Paulo, com procurador habilitado para responder por todos os atos legais inerentes ao contrato, devendo fornecer o endereço, e-mail e telefone de contato do responsável;

3.9.1. O contratado deve comunicar o contratante, de imediato, sempre que mudar alguma informação do contido no item.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1. Introdução

4.1.1. Os objetivos fundamentais da Federação Brasileira são comumente reconhecidos como metas a serem alcançadas por todos os entes do Estado, possuindo, segundo entendimentos consolidados pelo Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição, eficácia vinculante do seu conteúdo, ou seja, devem ser concretizados em toda e qualquer ação dos integrantes do Estado Brasileiro;

4.1.2. Dentre os diversos objetivos da República inseridos no artigo 3º da nossa Constituição Federal temos dois que guardam relação estreita com o tema das licitações e contratos: 1) o desenvolvimento nacional e, 2) a redução de desigualdades regionais;

4.1.3. Sabe-se que o volume de contratações do setor público responde por quantia substancial do PIB Brasileiro e, dessa forma, a atividade econômica gerada pelas licitações e dispensas é um elo importante dentro da engrenagem que leva ao desenvolvimento e à redução de desigualdades regionais;

4.1.4. Assim, considerando os aspectos econômicos e também o impacto socioambiental advindo de tais atividades estatais, não há que se pensar apenas em desenvolvimento nacional e em redução de desigualdades regionais. Há de se levar em conta outro aspecto importante das licitações e dispensas: o desenvolvimento sustentável e responsável;

4.1.5. Nesse diapasão, temos que o presente documento trabalha com o que determina a legislação de regência, que é deixar em evidência o problema a ser resolvido (e a melhor solução) em harmonia com os objetivos republicanos, de modo que se tenha condições de ver no horizonte, sem sombras, a viabilidade técnica e econômica do que se pretende contratar;

2. Necessidade da Contratação

4.2.1. Ente Estatal tem sua missão delineada nos diversos diplomas que compõem o arcabouço jurídico do nosso sistema. Nesse contexto, para que se leve a cabo a finalidade e as atividades atreladas às funções do Estado, de forma eficiente e confiável, há de se ter um conjunto de bens e serviços que são, em essência, um instrumento de realizações;

4.2.2. Ocorre que nem sempre a Administração Pública tem em mãos os insumos para fazer frente às necessidades que surgem. Seja porque não é sua atividade fim, não há pessoal nem equipamento especializado ou não se tem o material para consumo no seu conjunto de bens. É nesse momento que se faz necessária a contratação de serviços e materiais por meio de pessoa especializada, com o condão de permitir que o ente tenha os instrumentos e os acessórios para fazer frente às políticas públicas;

4.2.3. A Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro¹, já nos idos de 2006, deixava explícita sua ideia de que a ampliação das privatizações no meio público (serviços públicos) é um processo normal em todas as democracias mundo afora. A eminente doutrinadora emendava ainda que a terceirização aparece como um instituto em que a Administração Pública busca a eficiência através do entabulamento de parcerias com o setor privado para a consecução de suas atividades, haja vista a falta de recursos do Estado para atender às necessidades da população;

4.2.4. A prestação de serviços, nessa linha de pensamento da autora supracitada, tem por objetivo a contratação de terceiro para que execute determinada atividade que não é atribuída ao Estado como serviço público, e que ele exerce apenas em caráter acessório ou complementar da atividade-fim (que é o serviço público);

4.2.5. A Subprefeitura Santo Amaro é uma organização pública, instituída a partir da Lei 13.399 de 2002, sendo responsável pela administração dos distritos Campo Grande, Santo Amaro e Campo Belo, que estão localizados na região Sul da Cidade de São Paulo, em um território de 37,5 km², com uma população residente de aproximadamente 238 mil habitantes, a Subprefeitura preza por serviços de atendimento, recebimento dos pedidos de reclamações da população, e se ocupa ainda nos problemas apontados pelo Poder Central, planejamento, regulamentação e fiscalização.⁽¹⁾ DI PRIETO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p.447 7 5.2.6. A partir da Lei 13.399 de 2002, com a descentralização de determinadas atividades centrais para as Subprefeituras, passou-se a adotar o modelo de administração direta, que propicia uma maior autonomia, tende a ter mais eficiência e fomenta a participação popular e o desenvolvimento local;

4.2.6. Assim, a Administração Pública local passa a ter como uma das suas missões, a consolidação dos instrumentos de democratização do Poder Público através do Orçamento Participativo e de outros mecanismos de fortalecimento da democratização da gestão pública, além de uma maior participação no âmbito regional. O Poder Público Municipal ficou mais próximo e mais acessível ao cidadão, trabalhando com ações integradas envolvendo as mais diversas áreas da Prefeitura tais como: saúde, assistência social, educação, transportes, entre outras;

4.2.7. Conforme estabelecido na Lei 13.399/2002, a Subprefeitura Santo Amaro presta serviços de atendimento, recebimento dos pedidos e reclamações da população, e se ocupa ainda da solução para os problemas apontados pelo Poder Central, planejamento, regulamentação e fiscalização do uso do solo, assistência social e promoção da prática do esporte, do lazer e da cultura. Também são atividades principais do órgão, a manutenção da infraestrutura urbana e projetos e obras da região;

4.2.8. O Agente responsável pela decisão, direção, gestão e controle dos assuntos municipais em nível local é o Subprefeito, que no exercício de suas competências precisa distribuir os serviços às diversas unidades da Subprefeitura, que, por sua vez, necessitam de transportes para os seus Servidores, inclusive nos feriados e finais de semana;

4.2.9. Nesse diapasão, para atender demandas operacionais e administrativas, os órgãos da Administração Pública precisam movimentar pessoas e recursos. Agentes são transportados diariamente para o desempenho de atividades que vão desde fiscalizações, operações de urgência e emergência, até traslado para eventos profissionais, reuniões e transporte de materiais, em apoio às diversas atividades desenvolvidas;

4.2.10. Essa diversidade de atividades implica em uma demanda por veículos de características plurais, tais quais os disponibilizados por meio dos contratos de locação de veículos, frota própria, serviço de transporte individual de agentes, no âmbito da Prefeitura de São Paulo, deve obedecer ao comando contido no artigo 1º do Decreto Municipal nº 57.605/2017, que dispõe atendimento prioritário por empresário especializado em serviço de transporte de passageiros via plataforma tecnológica;

4.2.11. No entanto, em que pese a exigência padrão de se transportar Agentes através do serviço de agenciamento via aplicativo, o normativo vigente no Município de São Paulo traz algumas exceções ao contido na norma de regência, em razão

de algumas características especiais do serviço público, conforme se verifica no texto legal do artigo 1º, § 2º, do Decreto Municipal nº 57.605/2017;

4.2.12. A Subprefeitura Santo Amaro dispõe atualmente de um tipo de serviços de transporte que é através do contrato 004/SUB-SA/CAF/2019 locação de 6 veículos, com motorista e combustível, mantido com a empresa, vigente até dia 30.05.2024.

4.2.13. Não temos frota própria de veículos;

4.2.14. Em acompanhamento à execução do contrato de locação de veículos, atualmente a quantidade autorizada pela Secretaria Executiva de Gestão são de 6 veículos.

4.2.15. Então, diante do que foi explicitado, para que possamos atender a todas as requisições que nos chegam, entendemos como pertinente que a Subprefeitura Santo Amaro contrate um SERVIÇO DE TRANSPORTE QUE ATENDA O DESLOCAMENTO DOS SEUS AGENTES que por sua vez precisam tratar dos mais variados assuntos de interesse do órgão e do Poder Central, e, para tanto, percorrem diariamente a nossa área administrativa para levantar problemas, fiscalizar de perto as atividades, bem como para agir prontamente na resolução de questões no âmbito da nossa circunscrição

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. Como não dispomos de meios próprios para prover a necessidade dos Servidores, considerando o dever de se pesquisar e determinar as soluções aptas a atender satisfatoriamente a necessidade do Ente, conduziremos uma investigação com o condão de identificar aquela que atenderá a Subprefeitura Santo Amaro, mas sempre baseada no princípio da eficiência, imprimindo um uso racional dos recursos públicos;

5.2. Assim, debruçando-se sobre o cenário do mercado atual, identificamos que dentre as soluções de serviços de transporte de servidores, a Administração Pública que em geral costuma adotar com mais frequência, 3 (três) modelos para a execução., a de locação de veículos é a mais viável.

5.2.1. Nesse modelo, o serviço consiste na disponibilização de veículos por empresário especializado, que se responsabiliza por todos os gastos com pessoal e também assume todas as obrigações com gastos e manutenções advindas da disponibilização do veículo;

5.2.2. A locação é certamente o modelo mais utilizado no âmbito dos órgãos da Administração Pública e, inclusive, faz parte das categorias estratégicas de muitos desses órgãos.

5.2.3. A solução de locação do bem é a mais indicada pois o serviço de locação traz inúmeras vantagens para a Administração, a começar pela segurança que se tem ao exigir um empresário com experiência nesse tipo de tarefa, mas, a principal é justamente aquela em que não há preocupação com manutenção, pessoal, estrutura e depreciação do bem, tendo em vista que tudo isso fica a cargo do empresário contratado;

5.2.4. **A título de exemplo**, em caso de aquisição de um veículo como o Hyundai HB20 , flex, ano de 2023 comumente utilizado nos contratos com a Administração, custar por volta de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) segundo pesquisa site [Hyundai HB20 2023: versões, preços, consumo e equipamentos \(terra.com.br\)](https://www.terra.com.br/veiculos/2023/versoes,precos,consumo-e-equipamentos/) , e contando- se em torno de 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais do seguro, e ainda os gastos com combustível e manutenção, o valor mensal só com tais despesas irá girar em torno de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

5.2.5. **Já a locação** do mesmo veículo gira em torno de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais, já incluso o valor pago a um motorista, manutenção, quilometragem livre, rastreadores e todos os outros componentes do serviço (e ainda tem a vantagem adicional de a Administração não sofrer com a depreciação do bem);

5.2.6. A compra, em relação ao serviço de locação, portanto, é prejudicial ao tesouro do Município de São Paulo. A relação custo/benefício pesa em favor da locação do serviço;

5.2.7. Por fim, conforme normativos vigentes, bem como previsão da contratação no plano orçamentário anual de 2025, o serviço que se pretende contratar, qual seja, o de locação do serviço, tem permissivo para tal e, como a Subprefeitura não dispõe de condições materiais e humanas de realizar diretamente a atividade, é necessário que se busque no mercado um empresário especialista.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a correta prestação dos serviços, deve haver obediência aos seguintes regramentos:

6.1.1. Deve se adotar práticas que valorizem os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto;

6.1.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas, características ou modelos;

6.1.3. Não há vedação de fornecimento de produtos ou marcas determinadas;

6.1.4. Não será necessária a apresentação de carta de solidariedade de fabricante, fornecedor, revendedor ou distribuidor que assegure a execução do contrato, pois o contratado deverá dispor de tudo o que for necessário na data marcada como de início dos serviços;

6.1.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual;

6.1.6. Será exigida garantia da contratação de que tratam os artigos 125 § 1º do Decreto nº 62.100/2022, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato;

6.1.7. A garantia deve ser renovada periodicamente, sempre que o seu prazo estiver para vencer, obedecendo-se os procedimentos e normas da Secretaria Municipal da Fazenda;

6.1.7.1. A garantia contratual ficará retida, mesmo após o fim do ajuste, até que seja emitido atestado do cumprimento de todas as obrigações contratuais;

6.1.7.2. A retenção de que trata o item anterior também se dará no caso de ação trabalhista ajuizada por empregado ligado à prestação do serviço objeto deste Termo de Referência, e perdurará enquanto não transitar em julgado a questão. A suspensão também poderá cessar se o Contratado garantir integralmente o juízo da ação através de depósito judicial ou outra garantia equivalente;

6.1.7.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é importante para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 15 horas;

6.1.7.4. Para o agendamento da vistoria, o interessado deve entrar em contato com a Supervisão de Administração através do e-mail ecamiranda@smsub.prefeitura.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3396-6144

6.1.7.5. Para a vistoria, o representante legal do empresário (ou outro preposto) deverá estar devidamente identificado, apresentando um documento de identidade civil;

6.1.7.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento do objeto, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação do serviço, devendo o contratado assumir os ônus decorrentes da execução do contrato.

6.1.7.7. O contratado deve disponibilizar para a contratada um aplicativo (app) ou software que permita o gerenciamento do serviço via plataforma Web (estação de trabalho – computador tipo desktop ou notebook) e móvel (aparelho celular e tablet);

6.1.7.8. O serviço de atendimento via software ou app compreende um sistema que permita chamar o motorista que estiver disponível no momento, agendar uma chamada para determinado horário ou dia, localizar em tempo real uma corrida em andamento (sistema de monitoramento e rastreamento) e emissão de relatórios da forma como previsto neste Termo de Referência;

6.2. Nos preços apresentados durante o procedimento licitatório já deverão estar incluídos salários, vale transporte, vale refeição, encargos sociais, insalubridade, combustível, manutenção dos veículos e qualquer outra despesa que se relacione com a execução dos serviços;

6.2.1. O empresário deve ofertar em sua proposta de preços, **os custos do serviço por hora**, que é o critério balizador para a contratação, vez que o serviço está configurado para ser remunerado por hora utilizada;

1. O empresário deve ofertar, quando da apresentação dos preços, os custos por horas normais (considerando a prestação de serviço regular em dias úteis de segunda a sábado) e 14 adicionais (extras nos dias úteis, aos sábados, domingos e feriados);

6.2.1.2. O valor da hora de cada veículo deve compreender todas as despesas com a execução do objeto e o lucro do empresário.

6.3. Além das despesas diretas, os custos unitários propostos pela Contratada deverão incluir, também, todos os gastos advindos da contratação regular da mão-de-obra, relativos ao pagamento das taxas, ônus legais e demais encargos diretos e indiretos, devidamente agrupados na respectiva taxa de Leis Sociais e Trabalhistas;

6.4. Na taxa de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI ofertada pela Contratada por ocasião da licitação deverão estar incluídas todas as despesas indiretas relativas aos gastos com a respectiva administração central e local, despesas com o transporte dos funcionários, com o fornecimento de crachás, uniformes e equipamentos de segurança individuais e coletivos, bem como com o recolhimento de todos os impostos, taxas e demais ônus legais cabíveis, além do valor relativo à taxa de lucro almejada;

6.5. O contratado deve fornecer, quando do procedimento licitatório, Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tem experiência na execução de serviços compatíveis em quantidade e complexidade com o objeto da licitação;

6.6. O participante do procedimento licitatório deve apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

6.7. O contratado deve comprovar o vínculo empregatício dos motoristas mediante cópia do respectivo contrato de trabalho;

6.8. O contratado somente poderá iniciar os serviços quando do termo de aceite;

6.9. **Não será admitida a participação de cooperativa de mão de obra**, em razão da vedação prevista no artigo 10, inciso XI, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica inicial:

7.1.1. Início da execução do objeto: A partir da data prevista no Termo de Aceite;

7.1.2. A fiscalização será exercida por Agente Público designado pela Autoridade competente, sendo ele o responsável, ainda, pelo acompanhamento, controle e manutenção das condições ajustadas e da presença dos contratados;

7.1.3. O Contratado, por ocasião do recebimento da respectiva Ordem de Início dos Serviços, deve indicar à fiscalização ou à gestão do contrato, de forma expressa, o nome, número do Registro Geral de Identificação Civil - R.G., do Cadastro de Pessoas

- Físicas do Ministério da Fazenda – C.P.F., bem como o cargo do preposto que vai representá-lo no decorrer dos serviços;
- 7.2. Os serviços serão prestados ordinariamente da seguinte forma: 44 horas regulares semanais (segunda a sábado) e mais eventuais horas extras (dias regulares, domingos e feriados)
- 7.2.1. HORAS REGULARES DE SEGUNDA A SEXTA: 8 Horas diárias, por veículo, 176 horas mensais (considerando um mês com 22 dias regulares);
- 7.2.1.1. HORAS EXTRAS ESTIMADAS DE SEGUNDA A SEXTA; até 4 horas diárias, por veículo, que poderá totalizar 88 horas mensais (considerando um mês com 22 dias regulares);
- 7.2.2. HORAS REGULARES DE SÁBADO; 4 horas diárias, por veículo, 16 horas mensais (considerando um mês com 4 sábados);
- 7.2.2.1. A fiscalização e a gestão do contrato, a depender da necessidade, podem estabelecer um número mínimo de veículos que atenderão aos sábados;
- 7.2.3. HORAS EXTRAS ESTIMADAS DE SÁBADO, DOMINGOS E FERIADOS: até 8 (oito) horas diárias, 8 por veículo, 80 horas mensais (considerando no mês sábados, domingos e feriados)
- 7.2.3.1. A fiscalização e a gestão do contrato, a depender da necessidade, podem estabelecer um número mínimo de veículos que atenderão aos domingos e feriados;

QUADRO RESUMO DE HORAS ESTIMADAS

DESCRIÇÃO DE HORAS	QUANTIDADE DE HORAS/DIA	QUANTIDADE DE DIAS/MÊS	TOTAL
Horas Regulares/Dia, de segunda a sexta	8 horas	22 dias	176 h/normais
Horas extras/Dia, de segunda a sexta	Até 4 horas	22 dias	88 h/extras
Horas regulares/DIA, sábados	4 horas	4 dias	16 h/normais
Horas extras/Dia, sábados e domingos	Até 8 horas	10 dias	80 h/extras

- 7.2.4. Eventualmente poderá haver solicitações de serviços além dos horários normais e dias estabelecidos, principalmente aos domingos (em prol do interesse público). Nesse caso, o empresário deve atender às requisições e as horas e/ou dias trabalhados serão remuneradas para a contratada como horas extras;
- 7.2.4.1. O contratado, em caso de incidência de horas extras, deve se atentar para a jornada máxima que um condutor pode realizar diariamente, observando os normativos vigentes (Lei, Convenção Coletiva etc) e providenciado a substituição do profissional de modo que ele não ultrapasse o permitido pela legislação de regência;
- 7.2.5. Os feriados que incidirem de segunda a sexta-feira serão remunerados pela sistemática de horas extras;
- 7.2.5.1. Caso os feriados ou pontos facultativos com dispensa de servidores incidam em dias normalmente úteis (segunda a sexta-feira), cabe à Subprefeitura a dispensa parcial do serviço, deixando apenas um número mínimo de veículos que atenderão em regime de plantão;
- 7.2.6. A fiscalização do contrato elaborará, com antecedência, uma escala de plantão para os domingos, feriados e pontos facultativos.

7. Em qualquer situação ou cenário somente serão remuneradas as horas efetivamente trabalhadas ou à disposição da Subprefeitura Santo Amaro

- 7.2.7.1. Considera-se à disposição o veículo regularmente escalado, presente e disponível para o serviço da Subprefeitura Santo Amaro;
- 7.2.8. Os horários de entrada e saída de cada veículo, bem como a distribuição deles em cada dia da semana, serão definidos na Ordem de Início dos Serviços;
- 7.2.8.1. A Subprefeitura Santo Amaro poderá readequar a quantidade, os dias e horários de serviço de cada veículo durante a semana, desde que avise o contratado com antecedência de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas;
- 7.2.9. O horário do início do serviço, em cada dia, só começa a contar a partir do momento em que o veículo efetivamente chega, de forma inicial, no local designado e termina quando se completa a jornada estipulada em contrato, ou quando o último usuário desembarca e despede os serviços do motorista, no caso de prolongamento da jornada ordinária (hora extra);
- 7.2.9.1. O horário anterior à chegada do veículo ao local inicial designado, e aquele depois da jornada regular ou do desembarque final do último passageiro, na jornada extraordinária, será considerado em trânsito para o serviço e não é passível de remuneração;
- 7.2.10. Os serviços serão prestados, ordinariamente, dentro dos limites do Município de São Paulo, nas quantidades e nas frequências relacionadas, mas eventualmente a Subprefeitura Santo Amaro, poderá necessitar de deslocamentos para outros Municípios do Estado de São Paulo (a depender da autorização concedida pelo Subprefeito ou pelo Agente designado por ele);
- 7.2.11. O contratado, quando do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, deverá disponibilizar, equipamento que permita o chamado, agendamento e o acompanhamento de uso do veículo, discriminando as seguintes informações:
- 7.2.11.1. Identificação do veículo;

- 7.2.11.2. Identificação do motorista;
- 7.2.11.3. Identificação do usuário solicitante;
- 7.2.11.4. Horário do chamado;
- 7.2.11.5. Previsão de atendimento;
- 7.2.11.6. Horário do atendimento ao chamado;
- 7.2.11.7. Itinerário da chamada, inclusive com destino final e o horário em que o veículo foi liberado para outra chamada;
- 7.2.12. A prestação dos serviços se dará mediante chamado através de chamado via telefone, e-mail, mensagem SMS ou mensagem por aplicativo (Whatsapp etc.),
 - 7.2.12.1. Sem prejuízo do controle das chamadas, as viagens deverão ser registradas em fichas diárias, conforme modelo disponibilizado pela Subprefeitura, que deverão ser devidamente assinadas pelos condutores pelos usuários dos veículos;
- 7.2.13. O contratado deve ser capaz de disponibilizar para o fiscal e para o gestor um relatório de viagens por dia e/ou por mês, de forma que se consiga aferir com precisão: o chamado, o veículo usado, o motorista que atendeu ao chamado, o usuário solicitante, o horário da solicitação, o ponto inicial e o ponto final do trajeto (com os respectivos horários), além de toda a quilometragem percorrida pelo veículo em cada viagem;
 - 7.2.13.1. O usuário também deverá ter a possibilidade de cancelar um chamado;
 - 7.2.13.2. O Contratado deverá disponibilizar relatório para a fiscalização e para a gestão do contrato com no mínimo os seguintes dados sobre a corrida:
 - 7.2.13.3. Identificação do veículo;
 - 7.2.13.4. Identificação da placa do carro;
 - 7.2.13.5. Identificação do condutor;
 - 7.2.13.6. Endereço de Origem;
 - 7.2.13.7. Endereço de Destino;
 - 7.2.13.8. Quilometragem total percorrida;
 - 7.2.13.9. Percurso realizado;
 - 7.2.13.10. Data e horário da solicitação/chamada da corrida;
 - 7.2.13.11. Data e horário do início da corrida;
 - 7.2.13.12. Data e horário do término da corrida;
 - 7.2.13.13. Identificação do usuário que solicitou a chamada;
 - 7.2.13.14. Unidade do usuário;
 - 7.2.13.15. Motivo da corrida;
 - 7.2.13.16. Tempo de espera entre a solicitação da corrida e a chegada do veículo ao local solicitado;
- 7.2.14. O CONTRATADO deverá disponibilizar ao Gestor e fiscal do contrato: acesso aos relatórios de todos os usuários/autorizados e de todas as unidades da Subprefeitura Santo Amaro, desde o início da vigência do contrato.
- 7.2.15. Caso solicitado pela Contratante, o CONTRATADO deverá desenvolver ferramenta que permita a extração automática dos dados de todas as solicitações de chamadas realizadas, desde o início da operação com a CONTRATANTE, por programa de computador, em formato aberto e legível por softwares de planilhamento;
- 7.3. Para os veículos disponíveis na base, o atendimento da chamada se dará em até 15 minutos da solicitação, salvo caso de problema mecânico, elétrico ou hidráulico no veículo, caso fortuito e força maior;
 - 7.3.1. A Subprefeitura Santo Amaro poderá disponibilizar um espaço dentro do seu estacionamento (transporte interno), que servirá como base para os chamados;
 - 7.3.2. Em casos excepcionais, devidamente justificados, o atendimento será realizado em até 30 minutos depois de efetuada a solicitação;
- 7.4. Caso todos os veículos estejam em uso, o chamado da vez deve ser atendido pelo primeiro que ficar desocupado, seguindo sempre o atendimento pela ordem de cadastro no sistema;
- 7.5. Caberá ao condutor em acordo com o usuário definir o melhor itinerário para a realização de cada corrida demandada, obedecendo aos critérios de razoabilidade, eficiência, rapidez e segurança;
- 7.6. Os veículos devem ter suas placas com o último número diferente em relação a cada um dos veículos, conforme possibilidades, de forma que ocorra o menor número de repetições possíveis, com vistas a evitar a interrupção de uso nos dias de rodízio municipal de veículos na Cidade de São Paulo, conforme legislação específica;
- 7.7. Os serviços poderão ser executados dentro ou fora do perímetro urbano do Município de São Paulo (excepcionalmente), tendo como local de saída (ou disponibilidade) e destino os endereços indicados pelo Contratante;
 - 7.7.1. Os serviços executados fora do perímetro urbano do Município de São Paulo deverão ter anuência expressa do Titular da Pasta, ou pessoa indicada para tal fim, conforme legislação pertinente (Decreto 29.431/90 – Art.40);
 - 7.7.2. Nos casos de saídas fora do Município, caso ocorra incidência de tarifa de pedágio, as despesas deverão ser arcadas pela Contratada, sem ônus para a Contratante;
- 7.8. O desenvolvimento dos serviços será efetuado com a disponibilização de veículos, com condutores devidamente habilitados, combustível e a devida manutenção preventiva e corretiva;

7.9. Não haverá limite de quilometragem para utilização dos veículos e a CONTRATANTE distribuirá os automóveis de acordo com suas atividades e necessidades de serviço;

7.10. O objeto deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e qualidade requerida;

7.11. Os veículos serão identificados com logotipo do(a) órgão/ entidade, conforme estabelece a legislação vigente;

7.11.1. A confecção das placas (com adesivo) ficará a cargo do empresário contratado, que deverá seguir as diretrizes da Subprefeitura Santo Amaro e terá um prazo delimitado para tal;

7.11.2. Cada porta lateral dos veículos, tanto do motorista, quanto do passageiro, devem ser adesivadas com placas nas medidas aproximadas de 20 cm de altura x 25 de comprimento, contendo o logo colorido da Subprefeitura Santo Amaro e a informação de que estão a serviço da mesma;

7.11.2.1. A traseira do veículo também deve receber o mesmo adesivo descrito no item 7.12.2.

7.12. O cronograma de realização dos serviços se dará mediante Ordem de Serviço expedida pela unidade gestora do contrato;

7.12.1. Quando do recebimento da Ordem de Início dos Serviços a ser emitida pela Fiscalização ou pela Gestão do contrato, o contratado deve apresentar, no prazo de até 03 (três) dias úteis:

7.12.1.1. Relação de veículos e condutores definidos para a prestação dos serviços;

7.12.1.2. Cópia do Certificado de Licenciamento Anual/Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) de cada veículo, além de cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de cada condutor. Cabe, ainda, à Contratante, manter tais documentos atualizados; e

7.12.1.3. Telefone de contato e endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de notificações, intimações e demandas do contratante.

7.13. A execução contratual observará todas as rotinas aqui contidas;

7.14. O Contratado deverá disponibilizar tudo o que for necessário para o serviço (telefone celular, computador, tablet etc.), além de uniforme padrão e crachá de identificação para todos os seus empregados que trabalharem com o objeto deste Termo de Referência;

7.15. Todos os funcionários do empresário contratado deverão se apresentar devidamente uniformizados e munidos de crachá de identificação para a prestação dos serviços;

7.16. Caberá ao Contratado fornecer, no início do Contrato, pelo menos 3 (três) jogos novos de uniformes a cada profissional, zelando pelo perfeito estado de conservação, substituindo-os sempre que necessário, total ou parcialmente, ao longo de todo o período de vigência do Contrato;

7.16.1. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado;

7.16.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

7.17. Os uniformes deverão ser entregues aos empregados mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao Servidor da Subprefeitura responsável pela fiscalização do contrato;

7.18. Os veículos no qual serão montados os equipamentos **deverão ser de cor branca**, nos termos do Decreto Municipal nº 29.431/90;

7.19. Os veículos/equipamentos deverão ter os respectivos Certificados de Registro de Veículos expedidos no Município de São Paulo, conforme exigência da Lei Municipal nº 13.959/05;

7.19.1. Se o Veículo for registrado em outro Município, então deverá ser providenciada a competente transferência junto ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data da ordem de início do contrato, conforme exigência da Lei Municipal nº 13.959/05;

7.19.2. Os veículos que não se enquadrarem na exigência do item 7.12 deste Termo de Referência serão considerados inexistentes para efeito do contrato a que estiverem vinculados, conforme dispõe a Lei Municipal nº 13.959/05;

7.20. Os veículos utilizados na execução do serviço objeto do Contrato deverão, preliminarmente à assinatura do Termo de Contrato (ou retirada da Nota de Empenho), ser submetidos à vistoria técnica e cadastramento por DTI/SMT - Departamento de Transportes Internos da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, à Rua Joaquim Carlos nº 655 – Pari, no horário das 07:00 às 16:00 horas, para expedição do correspondente “Laudo de Conformidade”;

7.21. Para a obtenção do “Laudo de Conformidade” nos prazos previstos, o Contratado retirará com o Contratante, a solicitação formal de vistoria dos veículos e equipamentos a ser apresentada à DTI/SMT – Departamento de Transportes Internos, acompanhada dos seguintes documentos: Relação dos veículos, Cópia autenticada do Certificado de Registro e Licenciamento dos veículos, bem como da documentação referida no Edital;

7.22. A vistoria dos veículos por DTI/SMT, para o fim de expedição do "Laudo de Conformidade", deverá ser realizada na presença de representante legal da detentora;

7.23. Além das condições previstas neste Edital, na vistoria técnica será verificada a fixação das placas de identificação nas laterais, conforme modelo a ser fornecido ao Contratado pela Unidade Contratante, avarias e defeitos graves aparentes, falta ou defeito nas lanternas de iluminação e sinalização, bem como adaptações inadequadas que afetem as características dos veículos e a segurança do uso em vias públicas;

7.24. Havendo a necessidade de substituição dos veículos já vistoriados e aprovados, o substituto também deverá ser submetido à vistoria pelo DTI/SMT;

- 7.24.1. Após a vistoria pelo Departamento de Transportes Internos, conforme previsto no item acima, caso tudo esteja conforme, os veículos deverão ser apresentados à Divisão de Gestão de Transportes Internos - DGTI da Coordenadoria de Bens, Serviços e Parcerias com o Terceiro Setor – COBES, da Secretaria Municipal de Gestão, para registro da frota;
- 7.24.2. A fiscalização do contrato viabilizará a apresentação dos veículos ao DGTI/COBES.
- 7.25. A fiscalização do contrato e o gestor poderão ajustar prazos com o Contratado para que as vistorias tanto no DTP/SMT quanto no DGTI/COBES sejam realizadas a contento e não tragam prejuízo à execução dos serviços;
- 7.26. Quando detectada condição inadequada dos veículos, equipamentos e demais exigências, que impeçam a realização do serviço, a fiscalização deverá avisar o Contratado de que o serviço daquele automóvel será dispensado e em seguida deve registrar a falta para que seja analisada a aplicação da penalidade, bem como deverá registrar o fato para que se efetue o devido desconto diário na medição mensal;
- 7.27. As penalidades por infração de trânsito ou ambientais são de responsabilidade exclusiva do Contratado;
- 7.28. Caberá à Contratada responder pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho, responsabilizando-se pela efetiva e correta utilização dos equipamentos, segundo legislação vigente, em especial as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 7.29. Os funcionários colocados à disposição da Administração pelo empresário contratado deverão estar perfeitamente treinados para execução dos serviços que lhe competem;
- 7.30. Quando algum funcionário terceirizado for rejeitado pela fiscalização, por eventual desconformidade, deverá ser imediatamente substituído no prazo máximo de 2 (duas) horas;
- 7.30.1. Sem prejuízo de outras previsões específicas, são motivos para a desconformidade citada no item acima:
- 7.30.1.1. Apresentar-se sem uniforme e sem crachá de identificação;
- 7.30.1.2. Apresentar-se embriagado ou com sinais de consumo de bebida alcoólica (dispersão, odor de álcool no hálito, fala arrastada, olhos vermelhos etc);
- 7.30.1.3. Comportar-se de forma agressiva ou desrespeitosa com qualquer pessoa;
- 7.30.1.4. Apresentar-se sonolento ou desorientado;
- 7.30.1.5. Apresentar-se no serviço com qualquer alteração perceptível das faculdades mentais (fala desconexa, alucinação, ilusão, neurose, delírio etc);
- 7.30.1.6. Quando recusar um chamado sem motivo justo aceito pela gestão ou pela fiscalização do contrato

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila; 8.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados (se houver), das sanções aplicáveis, dentre outros;

- 8.4. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 8.4.1. A designação do preposto não poderá recair sobre nenhum dos condutores;
- 8.4.2. O preposto terá, entre outras atribuições, a incumbência de gerenciar, orientar, controlar e acompanhar os prestadores de serviço do empresário contratado, além de trabalhar para resolver eventuais problemas decorrentes do serviço prestado;
- 8.4.3. O contratado orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do contratante, inclusive quanto ao cumprimento de Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 8.4.4. O preposto deve prestar serviço na base de chamados, de forma que a fiscalização e a gestão do contrato possam acioná-lo de imediato;
- 8.4.5. O preposto deve dispor de todos os materiais e equipamentos indispensáveis para a realização do seu serviço. Tais materiais e equipamentos devem ser fornecidos pelo contratado;
- 8.4.6. Sem prejuízo de outras atividades inerentes ao seu cargo, o preposto deve desenvolver ações tais como:
- 8.4.6.1. Orientar e supervisionar os outros prestadores de serviço;
- 8.4.6.2. Elaborar programação de horários dos condutores para atendimento das requisições de serviços;
- 8.4.6.3. Controlar a manutenção e limpeza dos veículos;
- 8.4.6.4. Acompanhar a execução dos serviços junto ao contratante;
- 8.4.6.5. Promover a substituição do veículo e/ou condutor sempre que demandado pelo contratante, ou quando perceber a necessidade para tal ação;
- 8.4.6.6. Promover a substituição, em até 2 (duas) horas, dos veículos e/ou condutores envolvidos em acidentes, ou quando os automóveis apresentarem defeitos ou panes;
- 8.4.6.7. Encaminhar mensalmente ao contratante, os relatórios gerenciais e de controle de utilização dos serviços prestados.

- 8.5. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade;
- 8.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 8.6.1. O Contratado deve indicar um endereço de e-mail para correspondências, que deverá ser sempre atualizado junto ao Contratante, em caso de alteração. Esse meio de comunicação também será o preferencial em caso de notificações e intimações do empresário.
- 8.7. A Subprefeitura Santo Amaro, através do gestor ou do fiscal, poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 8.8. A execução do contrato será acompanhada pelo servidor com atribuições de fiscal, que será designado pela Subprefeitura Santo Amaro, e contará com o auxílio do fiscal auxiliar, sempre que necessário;
- 8.8.1. O fiscal designado pela Subprefeitura, e seu auxiliar, terão a incumbência de acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- 8.9. A fiscalização do contrato deve providenciar, mensalmente, a medição dos serviços, conforme previsto nas normas, devendo haver o dimensionamento do pagamento com base nos documentos estabelecidos (relatórios, fichas diárias de produção ou outros documentos equivalentes);
- 8.10. Durante a execução do objeto, na fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;
- 8.11. Sempre que necessário, o fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;
- 8.12. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal e pelo gestor, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;
- 8.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos em indicadores (se houver), devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório e no contrato;
- 8.14. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 8.15. Sem prejuízo de medidas cabíveis, identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (quando não houver outro prazo fixado);
- 8.16. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- 8.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- 8.18. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a aproximação do término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;
- 8.19. A fiscalização tratada neste, ou em outro documento, não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais;
- 8.20. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas descritas na seção IV, do Decreto Municipal nº 62.100/2021;
- 8.21. A gestão do contrato ficará a cargo da supervisão requisitante, e será exercida pelo servidor que estiver ocupando o cargo de supervisor;
- 8.22. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 8.23. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando à autoridade competente para que tome as providências cabíveis;
- 8.24. A gestão da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas descritas na seção IV, do Decreto Municipal nº 62.100/2021.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

9.1. Critérios específicos de medição:

9.1.1. A unidade de medição será a “hora” trabalhada, considerando como horário inicial a disponibilização do veículo com o condutor no horário determinado, bem como o horário do término será aquele fixado como o final da jornada, ou, caso o veículo ainda esteja em uso, o horário em que houver o desembarque e a dispensa dos serviços por parte do Agente Público.

9.1.1.1. Caso o veículo precise extrapolar a jornada regular, o horário extraordinário iniciará após o horário fixado como o fim da jornada e terminará quando o Agente Público dispensar o serviço de transporte.

9.1.2. Para o pagamento mensal pela prestação do serviço será utilizado o relatório mensal de serviço, apurado a partir do relatório diário, ou a partir da ficha diária de serviço, que trará os horários de entrada e de dispensa de cada veículo;

9.1.2.1. Em cada processo mensal de pagamento de medições, deverão ser anexados os relatórios diários do serviço ou as fichas diárias de produção referentes aos serviços executados, de acordo com modelo constante neste Termo de Referência, além do Relatório Mensal de Serviços e as vias da Caderneta ou Livro de Ocorrências (caso haja).

9.2. O prazo para pagamento do contratado será de até 30 (trinta) dias corridos, que serão contados a partir da data de entrega de toda a documentação necessária por parte do Contratado;

9.3. Para o pagamento mensal, o Contratado deve apresentar para o fiscal do contrato os seguintes documentos (sem prejuízo de outros necessários):

9.3.1. Requerimento de pagamento;

9.3.2. Nota fiscal, nota fiscal-fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente;

9.3.2.1. Caso o documento fiscal descrito no item 9.3.2. não esteja em conformidade, ou seja, não contiver a razão social (conforme nota de empenho), CNPJ, objeto contratado, o período a que se refere, a quantidade e a identificação dos serviços, com os correspondentes preços unitários e totais apurados pela fiscalização do contrato, a Contratada deverá, após pedido do fiscal ou do gestor do contrato, cancelar ou substituir o documento.

9.3.3. Relação atualizada dos empregados vinculados à execução do contrato;

9.3.4. Cópia da folha de frequência ou cópia do cartão de ponto dos empregados vinculados à execução do contrato;

9.3.5. Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;

9.3.6. Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);

9.3.7. Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior a realização da despesa objeto do pedido de pagamento;

9.3.8. Cópia da guia quitada do INSS correspondente ao mês anterior à realização da despesa objeto do pedido de pagamento;

9.3.9. Cópia da guia quitada do FGTS correspondente ao mês anterior à realização da despesa objeto do pedido de pagamento;

9.3.10. Comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região Metropolitana onde serão prestados os serviços;

9.3.11. O Contratado deve ofertar ao Contratante a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, prova de regularidade com o FGTS e com as Contribuições previdenciárias, além das Certidões previstas no Edital da Licitação e no Termo de Contrato;

9.4. O pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, em decorrência da extinção ou da rescisão do contrato, ficará condicionado, sem prejuízo dos demais documentos exigidos, à apresentação de cópias dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou à comprovação da realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços;

9.5. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, após a devida apuração em que se garanta a ampla defesa, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.5.1. Não produziu os resultados acordados;

9.5.2. Deixou de executar o objeto acordado ou executou parcialmente;

9.5.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.6. Aplicada penalidade pecuniária, após o devido processo, e transcorrido o prazo recursal sem interposição de recurso ou denegado provimento ao recurso interposto, o valor correspondente deverá ser retido na nota de liquidação e pagamento do mês;

9.6.1. Após a publicação do despacho que denegou provimento ao recurso contra eventual penalidade aplicada, ou o decurso do prazo sem interposição de recurso, não havendo tempo hábil para que seja respeitado o prazo legal para o pagamento, a retenção do valor da multa deverá ocorrer na próxima nota de liquidação e pagamento.

9.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente mediante ateste do quanto realizado a cada mês, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo; 30

10.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

10.2.1. O fiscal do contrato deverá apurar o resultado da execução do objeto e, se for o caso, analisar o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com o previstos nos regimentos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando as ocorrências em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

10.2.2. O gestor deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será juntado ao processo SEI, caso o Contratado tenha alguma pendência.

10.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

10.3.1. Caso as pendências não sejam sanadas, sem prejuízo das sanções aplicáveis, o ateste e o pagamento será processado conforme previsto na Portaria 275/2024, da Secretaria Municipal da Fazenda, ou na legislação que vier a substituir.

10.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Contrato e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.5. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias corridos a contar do último recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

10.5.1. Havendo recusa do contratado na assinatura do recebimento definitivo, ou a impossibilidade de ser localizado o responsável legal do empresário, o servidor designado, ou a comissão nomeada para tal, deve elaborar o documento assinando de forma unilateral e, após publicação no Diário Oficial da Cidade, deve inserir o documento e finalizar o processo, caso não haja mais nenhuma pendência que possa impedir a ação.

10.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DOS PREÇOS UNITÁRIA REFERENCIAIS

11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Subprefeitura Santo Amaro;

12.2. O serviço em 2025, será atendido pela dotação orçamentária 54.10.15.122.3024.2100.3390.3900.00.1.500.9001.0;

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Considerando o valor estimado para a contratação do serviço, o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL** do serviço, que será apurado pelo menor valor da hora/dia;

13.2. Para fins de habilitação, quando não houver vedação sobre a participação de determinada pessoa jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos (sem prejuízo de outros contidos no Edital do certame):

13.2.1. Habilitação jurídica

13.2.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, [cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

13.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade indicada identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.2.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

13.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

13.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda do Município de São Paulo, mediante apresentação de certidão, referente a todos os créditos tributários municipais e Certidão Negativa da Dívida Ativa do Município;

13.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

13.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.2.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.2.3. Qualificação Econômico-Financeira;

13.2.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

13.2.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

13.2.3.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

13.2.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

13.2.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.2.4. Qualificação Técnica;

13.2.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

13.2.4.2. A declaração tratada no item acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do serviço;

13.2.5. Qualificação Técnico-Operacional;

13.2.5.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

13.2.5.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

13.2.5.3. Deverá haver a comprovação da experiência na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

13.2.5.4. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do objeto deste Termo de Referência;

13.2.5.5. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

13.2.5.6. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do empresário licitante;

13.2.5.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

13.2.5.8. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.2.5.9. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei Federal nº 14.133/2021 e outros regramentos sobre o tema;

13.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Subprefeitura Santo Amaro;

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Os profissionais designados para trabalharem com o objeto ficam expressamente proibidos de trabalharem em quaisquer outros serviços diversos dos especificados neste Termo de Referência, visto ser a prestação com dedicação exclusiva de mão de obra;

14.2. As normas de segurança constantes neste (ou em outro) documento não desobrigam o Contratado do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de equipamentos/ferramentas inaceitáveis na execução dos serviços;

14.3. Caberá também à Contratada manter livro de ocorrências para a sua equipe, visando registrar qualquer ocorrência relacionada ao andamento dos serviços;

- 14.4. A fiscalização apontará no processo de gestão as eventuais irregularidades constatadas na execução dos serviços ou quaisquer outras ocorrências pertinentes aos serviços ora contratados, determinando providências para que sejam sanadas e fixando prazo para seu atendimento, podendo, se a gravidade do fato assim indicar, considerar o serviço como não executado naquele dia, justificando sua decisão por escrito.
- 14.4.1. Caberá à Contratada justificar, com fundamentos plausíveis e juridicamente aceitos, a impossibilidade no cumprimento do prazo estabelecido pela fiscalização;
- 14.5. Será terminantemente proibido aos profissionais da Contratada, durante o período de trabalho em qualquer função, ingerir qualquer tipo de bebida alcoólica ou substância psicotrópica, pedir ou receber gratificação de qualquer tipo, sejam elas concedidas a que título for, bem como exercer qualquer outro tipo de atividade alheia àquela inerente ao Contrato;
- 14.6. Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas estarão na minuta do Termo de Contrato (integrada ao Edital);
- 14.7. O holerite deve ser regularmente disponibilizado a todos os empregados que trabalharem com o contrato objeto deste Termo de Referência, em versão impressa ou online, junto com o pagamento da remuneração mensal, conforme dispõe o artigo 464, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
- 14.8. Qualquer antinomia entre os itens do Termo de Referência e do Termo de Contrato, prevalece o disposto neste documento de Referência, desde que não haja disposição legal em contrário;
- 14.9. Eventuais divergências, quando não solucionadas no âmbito do Contratante, poderão ser submetidas à Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos, a ser disciplinada pela Procuradoria Geral do Município, e estará condicionada à prévia observância dos trâmites ordinários de processamento dos requerimentos, para as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro e pagamento por indenização ou, ainda, do procedimento de aplicação de penalidades, com esgotamento das instâncias administrativas correspondentes.

Anexos

- Anexo I – Ficha de Produção Diária**
- Anexo II - Declaração de Disponibilidade de Pessoal, Veículos e Equipamentos Anexo**
- III - Declaração De Cumprimento Das Condições De Habilitação**
- Anexo IV - Declaração De Inexistência De Impedimento Legal Anexo**
- IV – Proposta De Preços**

¹PRIETO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p.447

ANEXO I - FICHA DE PRODUÇÃO DIÁRIA

(USADA APENAS EM CASO DE INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA OU POR NECESSIDADE EXTRAORDINÁRIA DA SUBPREFEITURA)

Contratante: Subprefeitura Santo Amaro Contratado:

Contrato:

Período Contratual:

Responsável pela Fiscalização do Contrato:

1. Veículo

Modelo	PLACA	ANO	CHASSI
KM Inicial		KM Final	

2. Motorista

Nome	
CNH	RG: CPF:

3. Horários

ENTRADA	SAÍDA ALMOÇO	ENTRADA ALMOÇO	SAÍDA	TOTAL DE HORAS	ASSINATURA DO PREPOSTO

1. Produção

USUÁRIO	UNIDADE	DESTINO	HORÁRIO DE	HORÁRIO DE	VISTO DO USUÁRIO
---------	---------	---------	------------	------------	------------------

			APRESENTAÇÃO	DISPENSA	

2. Ocorrências

Motorista Preposto

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

O empresário..... declara, por meio de seu representante, sob as penas da Lei, que, caso venha a vencer o presente certame, disponibilizará o pessoal, veículos e equipamentos previstos no Edital do pregão n.º XX/SUB-SA/2025, em número suficiente ao atendimento dos serviços, considerando a estimativa de utilização prevista nos documentos da licitação.

Declara, também, que, por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, apresentará os documentos de propriedade do veículo/equipamento, ou o instrumento de disponibilização (locação, cessão, “leasing”) pelos proprietários, para a execução dos serviços neles objetivados, bem assim que os mesmos serão fornecidos em perfeitas condições de uso, de tal modo a não comprometer o bom andamento dos serviços a serem contratados.

São Paulo, de..... de 2025.

(assinatura e identificação do responsável legal pela licitante)

Nome :

R.G. :

Cargo :

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)
(APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS LICITANTES)

Prezados Senhores,

Pela presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Municipal nº 62.100/2022, sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital da Licitação.

Local e data

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante) Nome:

R.G.:

Cargo/função:

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE)

O empresário inscrito no CNPJ sob nº , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, sob as penas de lei, a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração. (local, data e assinatura)
Local e data

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante) Nome:
R.G.:
Cargo/função:

**ANEXO V – PROPOSTA DE PREÇOS (UTILIZAR PAPEL
TIMBRADO DA EMPRESA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6053.2023/0007581-7 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 01/SUB-SA/2025**

OBJETO: Prestação de Serviço de Transporte com locação de 06 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

O (empresário)..... , inscrito no CNPJ sob nº....., estabelecido na..... , nº....., telefone/fax nºs....., e-mail..... , propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

Descrição dos serviços: Prestação de serviços de transporte com locação de 06 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

RESUMO DE VALORES POR VEÍCULO (preenchimento obrigatório) *

DESCRIÇÃO DE HORAS (I)	QUANTIDADE DE HORAS/DIA (II)	QUANTIDADE DE DIAS/MÊS (III)	TOTAL (IV)	VALOR DA HORA (UNITÁRIO (V)	VALOR DA HORA (TOTAL (IV * V)
Horas Regulares/Dia, de segunda a sexta	8 horas	22 dias	176 h/normais		
Horas extras/Dia, de segunda a sexta	Até 4 horas	22 dias	88 h/extras		
Horas Regulares/DIA, sábados	4 horas	4 dias	16 h/normais		
Horas extras/Dia, sábados e domingos	Até 8 horas	10 dias	80 h/extras		

*** O valor da hora de cada veículo deve compreender todas as despesas com a execução do objeto e o lucro do empresário.**

Preço Mensal por Veículo (hora regular + domingo e feriado + hora extra + outros custos discriminados na planilha de composição de preços):
R\$ (.....) (em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

Preço Global Anual:
R\$ (.....) (em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (UTILIZAR PAPEL

TIMBRADO DA EMPRESA)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6053.2023/0007581-7 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 01/SUB-SA/2025**

OBJETO: Prestação de Serviço de Transporte com locação de 06 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob
nº..... ,
estabelecida na....., nº....., telefone/fax n.º....., e-
mail..... , propõe prestar o serviço licitado, nos seguintes preços e condições:

Descrição dos serviços: Prestação de serviços de transporte com locação de 06 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

Preço mensal: R\$(.....) (em moeda corrente nacional,
expressos em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

Preço Anual: R\$(.....) (em moeda corrente nacional, expressos
em algarismos, com duas casas decimais e por extenso)

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Prazo de início da prestação dos serviços: XXX dias (úteis/corridos) a contar da Ordem de Início a ser emitida pela Administração.

DAS DECLARAÇÕES:

01 . Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de Administração, materiais, equipamentos, uniformes, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

DA VALIDADE DA PROPOSTA:(.....) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

São Paulo, de de 2025

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

ANEXO II – A - MODELO DA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6053.2023/0007581-7 PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 01/SUB-SA/2025**

OBJETO: Prestação de Serviço de Transporte com locação de 06 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

A	Data da apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	
B	Município / UF:	
C	Ano Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo:	
D	Nº de meses da execução contratual:	

1	Tipo de Serviço	
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	
3	Categoria Profissional:	
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano):	

Módulo 1 - Composição da Remuneração		Percentual	Valor
A	Salário Base		
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Intervalo Intrajornada		
H	Outros (especificar/justificar)		
Total da Remuneração - Módulo 1 (R\$)			

Módulo 2 - Benefícios		Percentual	Valor
A	Vale Transporte		
B	Desconto legal Vale Transporte		
C	Auxílio Alimentação		
D	Assistência Médica e Familiar		
E	Auxílio Creche		
F	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral		
G	Outros (especificar/justificar)		
Total dos Benefícios - Módulo 2 (R\$)			
Módulo 3 - Insumos		Percentual	Valor
A	Uniformes		
B	Materiais		
C	Equipamentos		
D	Outros (especificar/justificar)		

Total dos Insumos - Módulo 3 (R\$)		
------------------------------------	--	--

Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas		Percentual	Valor
Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS:			
A	INSS		

B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário Educação		
F	FGTS		
G	RAT		
H	SEBRAE		
I	Outros (especificar/justificar)		
Total dos Encargos Previdenciários e FGTS - Submódulo 4.1 (R\$)			

Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias:		Percentual	Valor
A	13º Salário		
B	Adicional de Férias		
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias		
D	Outros (especificar/justificar)		
Total do 13º Salário e Adicional de Férias - Submódulo 4.2 (R\$)			

Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		Percentual	Valor
A	Afastamento Maternidade		
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade		
C	Outros (especificar/justificar)		
Total do Afastamento Maternidade - Submódulo 4.3 (R\$)			
Submódulo 4.4 – Provisão para rescisão		Percentual	Valor
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado		
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado		

D	Multa do FGTS para Rescisão sem justa causa		
E	Indenização Adicional		
F	Outros (especificar/justificar)		

Total da Provisão para Rescisão – Submódulo 4.4 (R\$)			
Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente		Percentual	Valor
A	Férias		
B	Ausência por Doença		
C	Licença Paternidade		
D	Ausências Legais		
E	Ausência por Acidente de Trabalho		
F	Aviso Prévio Trabalhado		
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição		
H	Outros (especificar/justificar)		
Total da Provisão para Reposição do Profissional Ausente - Submódulo 4.5 (R\$)			

Módulo 5 - Custos Indiretos, Lucro e Tributos		Percentual	Valor
A	Custos Indiretos (Despesas Administrativas/Operacionais)		
B	Lucro		
C	Tributos		
C.1.	Tributos Federais		
C.2.	Tributos Estaduais		
C.3.	Tributos Municipais		
C.4.	Outros Tributos (especificar/justificar)		
Total dos Tributos			
Total de Custos Indiretos, Lucros e Tributos - Módulo 5 (R\$)			
Subtotal dos módulos 1 ao 4 = Base de cálculo dos custos indiretos			
Subtotal dos módulos 1 ao 4 + Custos indiretos = Base de cálculo do lucro			
Subtotal dos módulos 1 ao 4 e itens A e B do módulo 5 = Base de cálculo dos tributos			
Custo final da mão de obra, incluindo tributos			

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO:		Percentual	Valor
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		

B	Módulo 2 - Benefícios		
C	Módulo 3 - Insumos diversos		
D	Módulo 4 - Encargos previdenciários e trabalhistas		
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro.		
Valor total por empregado (R\$)			
Quantidade de empregados/postos alocados no contrato			
Valor mensal do posto (R\$)			

CUSTOS VARIÁVEIS COM O VEÍCULO TIPO C (06 unid.)	Valor
Depreciação	
Emplacamento	
Seguro do Veículo	
Licenciamento/DPVAT/IPVA	
Combustível	
Manutenção	
Troca de óleo/lubrificante	
Filtro de óleo/filtro de Ar	
Pneus	
Valor total de custos com o 06 (seis) Veículos tipo C (R\$)	

Valor total mensal + Extras R\$: (.....)

Valor total por 12 meses R\$: (.....).

Local e Data

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6053.2023/0007581-7

Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/SUB-SA/2025

OBJETO: Prestação de Serviço de Transporte com locação de 10 (dez) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso do Subprefeitura Santo Amaro.

A empresa inscrita no CNPJ sob nº , por intermédio de seu representante legal, Sr., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

Local e Data

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES

**UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA) (APRESENTAÇÃO
OBRIGATÓRIA PARA TODAS AS LICITANTES)**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6053.2023/0007581-7

Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/SUB-SA/2025

OBJETO: Prestação de Serviço de Transporte com locação de 06 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

A inscrita no CNPJ sob nº , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA:

- 1)** para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2)** que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3)** que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4)** que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5)** que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6)** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social. **7)** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8)** Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

Local e Data

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

ANEXO V - DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE DOS VEÍCULOS/EQUIPAMENTOS

(UTILIZAR PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6053.2023/0007581-7

Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/SUB-SA/2025

A Empresa..... declara, sob as penas da Lei, que para integrar a sua qualificação técnica, disponibilizará veículos nas quantidades e modelos nos termos do objeto do presente certame.

Os veículos/equipamentos serão fornecidos em perfeitas condições de uso e intervalo máximo de fabricação de acordo com as exigências do edital, estarão disponíveis e vinculados à futura contratação, assegurando o bom andamento dos serviços.

Por fim, declaramos que disponibilizaremos motoristas devidamente qualificados e habilitados para a condução dos veículos.

São Paulo,de..... de 2025

(assinatura do responsável da empresa Proponente)

ANEXO VI - CRITÉRIOS PARA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA - BALANÇO PATRIMONIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 6053.2023/0007581-7

Licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/SUB-SA/2025

OBJETO: Prestação de Serviço de Transporte com locação de 06 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG).

LG =	<u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u>	≥ 1,00
	<u>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</u>	
SG =	<u>Ativo Total</u>	≥ 1,00
LC =	<u>Passivo Circulante + Passivo Não Circulante</u>	≥ 1,00
	<u>Ativo Circulante</u>	
	<u>Passivo Circulante</u>	

Os índices calculados obrigatoriamente acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

- Liquidez geral – índice maior ou igual a 1,00
- Liquidez corrente – índice maior ou igual a 1,00
- Solvência geral – índice maior ou igual a 1,00

Assinatura do Representante Legal – Procurador da empresa Nome:

RG:

Cargo-Função:

Assinatura do Contador ou Técnico em Contabilidade da empresa Nome:

RG:

Cargo-Função:

ANEXO VII - MODELO DA MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº XX/SP-SA/2025 PROCESSO:

6053.2023/0007581-7

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/SUB-SA/2025

OBJETO:Prestação de Serviço de Transporte com locação de 06 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SUBPREFEITURA SANTO AMARO

CONTRATADA:

VALOR DO CONTRATO:

DOTAÇÃO A SER ONERADA:

NOTA DE EMPENHO:

O **Município de São Paulo**, pela Prefeitura Municipal de São Paulo, neste ato representada pela Subprefeitura Santo Amaro, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa....., com sede na....., nº, Bairro: Cidade:, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, neste ato representada por seu representante legal....., cujos documentos legais encontram-se juntados ao processo, adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho de fls...., do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto Prestação de serviços de transporte com locação de 06 (seis) veículos novos ou seminovos (até 3 anos de fabricação) GRUPO “C” do Decreto Municipal nº 29.431/1990, em caráter não eventual, com manutenção preventiva e corretiva, condutor, combustível, quilometragem livre, GPS (com rastreador) e demais acessórios, destinado ao uso da Subprefeitura Santo Amaro.

1.2 Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo I, parte integrante deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A prestação dos serviços será executada nas áreas de circunscrição da Subprefeitura Santo Amaro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 O prazo de execução do contrato terá duração de 12 (doze) meses, a contar da ordem de início, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.

3.1.1 Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

3.1.2 Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100/22, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

3.1.3 A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

3.1.4 Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

4.1 O valor total estimado da presente contratação para o período de 12 (doze) é de R\$ ().

4.1.1 O valor mensal estimado da presente contratação é de R\$ (), correspondendo à remuneração dos seguintes itens:

4.2 Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão incluídos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

4.3 Para fazer às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº, no valor de R\$ (), onerando a dotação orçamentária nº..... do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.

4.4 Os preços contratuais serão reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial a ordem de início, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.4.1 O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF nº 389/17, bem como Decreto Municipal nº 57.580/17.

4.4.1.1 Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula **4.4.1** não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4.2 Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.5 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6 As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7 Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 São obrigações da CONTRATADA:

- a)** Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a Contratante pela fiel e integral realização dos serviços contratados;
- b)** Garantir total qualidade dos serviços contratados;
- c)** Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência, ANEXO I do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;
- d)** Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;
- e)** Arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados, quando for o caso, que participem da execução do objeto contratual;
- f)** Enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual;
- g)** Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;
- h)** Responder por todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, fiscal, administrativa, civil e comercial, resultantes da prestação dos serviços;
- i)** Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- j)** Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;
- k)** Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2 A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, cabendo-lhe especialmente:

- a)** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;
- b)** Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- c)** Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;
- d)** Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção etc., realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada e efetivando avaliação periódica;

- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;
- f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;
- g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;
- h) Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;
- i) Indicar e formalizar o(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato, a quem competirá o acompanhamento dos serviços, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/22;
- j) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;
- k) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da contratada que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.2 A fiscalização dos serviços pelo Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.3 A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos equipamentos e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato.

CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO

7.0 O processo de pagamento deverá ser efetuado de acordo com as Portarias SF 275/2024 e 10/2021.

7.1 O prazo para pagamento do contratado será de até 30 (trinta) dias corridos, que serão contados a partir da data de entrega de toda a documentação necessária por parte do Contratado;

7.1.1 Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.1.2 Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

7.2 Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a hora ou fração de hora trabalhada apurado na execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

7.2.1 No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/12.

7.2.2 Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/12.

7.3 Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

7.4 A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
- c) Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada. A Nota Fiscal deverá ser emitida após o valor apurado na medição, evitando assim, o cancelamento ou correção do valor na Nota Fiscal;
- f) Folha de Medição dos Serviços;
- g) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual;
- h) Folha de frequência dos empregados vinculados à execução contratual;
- i) Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;
- j) Cópia do Protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
- k) Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao pedido de pagamento;
- l) Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura vencida;

m) Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.

7.4.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.5 Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7.6 A não apresentação de certidões negativas de débito, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

7.7 O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

7.8 Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

7.9 O processo de pagamento deverá ser efetuado de acordo com as Portarias SF 275/2024 e 10/2021

CLÁUSULA OITAVA - DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

8.1 O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis

8.2 O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei Federal 14.133/21.

8.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

8.4 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

8.5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, nos termos da lei.

8.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1 A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, Anexo I do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

9.2 A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.

9.2.1 A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/22.

9.3 O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.

9.4 O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.

9.5 Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

9.5.1 O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar e

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida.

b) as peculiaridades do caso concreto

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública

- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.1.2.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.1.3.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.1.4.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.1.5.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.1.6.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a [sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.](#)
- 10.1.7.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.1.8.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.1.9.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.1.10.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.1.11.** A aplicação das sanções previstas neste contrato, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 10.1.12** A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 10.1, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- 10.1.13** Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 12 (doze) meses.
- 10.1.14** Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.
- 10.2** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:
- 10.2.1** Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.
- 10.2.1.1** No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do Contrato,

além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.2 Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.2.3 Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.3. Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração por meio do fiscal designado, aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

(A dimensão das sanções poderá ser fixada em valores preestabelecidos ou em percentual do valor diário, mensal ou anual do contrato.)

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% do valor mensal do contrato
2	0,6% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,6% do valor mensal do contrato
5	3,2% do valor mensal do contrato
6	4,0% do valor mensal do contrato

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência
2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência

8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
10	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por dia

Para os itens a seguir, deixar de:

12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia

14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por ocorrência
19	Efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
20	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
21	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida no Edital e seus anexos.	1	Por empregado e por dia
22	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia
23	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
24	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia
25	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
26	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.).	4	Por ocorrência
27	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
28	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário.	2	Por item e por dia
29	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência

30	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência
31	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
32	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório em até 48 horas, contadas da comunicação da contratante.	2	Por dia
33	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade do sistema predial.	4	Por ocorrência
34	Cumprir o programa periódico de manutenção preventiva determinada em contrato.	3	Por item e por ocorrência

10.3.5 Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

10.3.6 Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato após o prazo previsto no item

3.1.1 deste Contrato, estará sujeita à multa de:

- a)** 5% (cinco por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término do contrato;
- b)** 10% (dez por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do vencimento do contrato;
- c)** 15% (quinze por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do vencimento do contrato até o seu termo.

10.3.6.1 A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

10.4 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

10.4.1 Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

10.4.2 Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.5 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.6 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

10.7 Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I a IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

10.8 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

10.9 No ato do oferecimento de recurso deverá ser recolhido o preço público devido, nos termos do que dispõe o artigo 17 do Decreto nº 51.714/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

11.1 Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R\$, correspondente ao importe de [5% (cinco inteiros por cento)] do valor total do contrato, sob a modalidade , nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais legislações municipais correlatas.

11.1.1 Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

11.1.1.1 O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula 10.2 deste contrato.

11.1.2 A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.

11.1.3 A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação.

11.1.4 A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 180 (Cento e oitenta) dias, além do prazo estimado para encerramento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

12.2 Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:.....

12.3 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

12.4 Fica a CONTRATADO ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.5 A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

12.6 A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.7 No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 11.5 do edital.

12.8 Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública do pregão sob links do processo administrativo SEI nº

12.9 O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/22, Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

12.10 Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas

testemunhas presentes ao ato. São Paulo,

..... de de 2025.

CONTRATANTE: CONTRATADA: TESTEMUNHAS:



DAIANE CRISTINA DE OLIVEIRA AULICINO

Assistente Administrativo de Gestão

Em 23/01/2025, às 11:33.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **118386433** e o código CRC **5F0A9C88**.